



CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO



XVIII Simpósio de Pedagogia
V Simpósio de Educação do Campo
II Simpósio de Pós-Graduação em Educação

Faculdade de Educação

5 a 7 de outubro de 2021

Universidade Federal de Catalão

TÍTULO: “TEMPO DE APRENDER” O QUÊ? O MÉTODO FÔNICO NA PROPOSTA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

Ana Paula Soares de Oliveira

UFCAT – Mestranda

anapsojesus@hotmail.com

Laís Alice Oliveira Santos

UFU - Doutoranda

lais.alicepedago@gmail.com

Temática: Educação, linguagens e letramento.

Palavras-Chave: Alfabetização. Política de formação de professores. Formação continuada.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais pós anos 1990 tem sido amparadas pelo viés do neoliberalismo, que acarretaram na omissão do Estado em suprir as demandas sociais e acentuaram a fiscalização e regulação de resultados através das intensas avaliações em larga escala. A alfabetização, como um projeto de nação, não poderia estar isenta desses desdobramentos dos descompromissos do funcionalismo estatal, portanto, este ensaio assume o papel de evidenciar a descontinuidade das políticas em face da implementação da proposta de formação continuada de professores alfabetizadores, pelo curso “Tempo de Aprender”, que assume a nova/velha escolha do método fônico para alfabetizar.

Assim, as inquietações diante do retorno do método fônico apresentado no curso “Tempo de Aprender”, originam este trabalho que objetiva apontar a relação existente entre o viés político/ideológico do governo Bolsonaro (2019 – 2022) com a nova/velha proposta curricular para a alfabetização, baseada no método fônico.

OS DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: A IMPLEMENTAÇÃO DA FÓRMULA DA PRECARIZAÇÃO EDUCACIONAL.

A educação brasileira passou e ainda passa por vários enfrentamentos para superar questões como, a erradicação do analfabetismo, a exclusão de alunos no interior da escola, defasagem de idade-série, baixos níveis de leitura e escrita dos alunos no período de alfabetização, universalização do ensino fundamental, etc. Segundo Saviani (2014) a ausência de um Sistema Educacional Brasileiro está na raiz desses problemas que nos afligem, pois todos os esforços implementados por políticas temporárias se efetivarão sem unidade, intencionalidade, coerência interna e externa, o que acarreta na equação da precarização geral da educação, “filantropia + protelação + fragmentação + improvisação (p. 40)”.

As políticas educacionais voltadas para a área da alfabetização comprovam que seguimos esta equação da precarização. A primeira característica – **filantropia** – refere-se ao papel assumido pelo Estado frente às políticas sociais, que se consolida como um Estado mínimo para assumir seus compromissos, repartindo-o com a sociedade civil, terceiro setor e o empresariado. Gentili (1996) denuncia a lógica articulada de um funcionamento de “*descentralização* centralizante e de *centralização-descentralizada*” por parte do Estado como estratégia de se isentar do cumprimento de metas para a educação (*grifos do autor*, p. 17). A segunda característica é a **protelação**. Quando estabelecida como meta no art. 2014 da Constituição de 1988, a “erradicação do analfabetismo”, não se cumpre dentro do prazo estabelecido, ocasionando com que a mesma meta estivesse presente no Plano Nacional de Educação (2001-2011) e ainda hoje na meta 5 do PNE (2014-2024), o que demonstra claramente que o que foi estipulado como meta, não se cumpre, transformando um documento legal em mera carta de intenções. Esse engenhoso projeto de precarização da educação, é o que nos leva ao quantitativo de 122.995 milhões de crianças dos 6 a 10 anos de idade, em fase de alfabetização a estar fora da escola (IBGE, 2015). Estes dados são resultados de décadas de protelação de duas metas que andam em conjunto: a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental. Outro pilar que contribui para essa precarização é o da **fragmentação**, que deve ser entendido como a descontinuidade de políticas educacionais, por não serem desencadeadas de um projeto que representa uma unidade de pensamento para com a educação, mas sim de propostas esparsas que demonstram os desejos temporários dos governos. Se consolidássemos as políticas de estado, de caráter permanente (HOFFLING, 2001) evitaríamos ou diminuiríamos a utilização do quarto elemento da fórmula da precarização, a **improvisação**. Esta resulta nos decretos, portarias, emendas constitucionais tão recorrentemente utilizados para aprovações rápidas, sem discussões ou processos decisórios democráticos. Os quatro elementos, filantropia, protelação, fragmentação e

improvisação vêm nos conduzido à realidade educacional que encontramos hoje, mais especificamente, com a alfabetização precária.

Infelizmente, não podemos considerar que as melhorias para o campo educacional ocorrerão nesse momento histórico em que temos a representatividade do Estado expressa pelo Governo Bolsonaro, pois ao analisarmos o plano de Governo (2018) e o curso Tempo de Aprender (em subtítulo subsequente), percebemos a perseverança dos pilares da precarização. Em primeiro lugar destacamos a intencionalidade de que não haja maiores investimentos financeiros, “A educação também deveria ser melhor com o valor que o Brasil já gasta (BOLSONARO, 2018, p. 41)”. Ao comparar os gastos empreendidos pelo Brasil, aos gastos para com a educação em países de 1º mundo, falsamente, dissemina-se a ideia que nossos esforços financeiros são suficientes, porém mal administrados. Essa afirmação poderia ser verdadeira, se já tivéssemos cumprido com as metas básicas de erradicação do analfabetismo e universalização da educação, metas já cumpridas por estes outros países. Utilizando os mesmos países, como referência, justifica a acentuação da descentralização do Estado para com a educação, “Estados Unidos, Israel, Taiwan, Coréia do Sul e Japão incentivam estratégias descentralizadas (BOLSONARO, 2018, p. 48)”. Demerval Saviani (1987) intitula esse processo de **transplante cultural**, quando se desconsidera a realidade brasileira em detrimento de copiar as ações de outros países.

Como forma de otimizar os gastos para com a educação, o Plano de Governo (2018) expressa a intenção de implementar o gerencialismo de vertente moderna, o qual revê “os métodos e conteúdos aplicados (p. 46)”. Segundo Laval (2004), o discurso da modernização se apresenta como sinônimo de qualidade, porém seu verdadeiro significado nada mais é do que transformar e resumir as atividades humanas numa perspectiva prática e técnica, onde as ações padronizadas possam ser replicáveis, seus resultados mensuráveis para se avaliar quantitativamente, criar padrões a serem seguidos, de maneira que o modo lógico e racional de pensar prevaleça. Lógica esta, que se reafirma na seguinte afirmação do Plano de Governo (2018), “Isso inclui a alfabetização, **expurgando a ideologia de Paulo Freire**, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (...) (*grifos nossos*, p. 46)”.

Portanto, a luta contra o que tem se chamado de doutrinação – “Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação (BOLSONARO, 2018, p. 46)” – é uma luta contra uma formação de cidadãos que tomam a “sua história nas mãos”, pois “Fazer a história é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado (FREIRE, 2011, p. 53)”, é não ser passivo a aceitar os decretos, leis, sem antes questionar, refletir e agir sobre a sociedade em que vive. E na contramão de uma alfabetização libertadora, vivenciamos a implementação do retorno de

uma educação bancária, representada por um programa que utiliza do método fônico como ponto de partida, o qual passaremos a analisar, “Tempo de aprender”.

ALFABETIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSOS: SINTETIZANDO OS INDIVÍDUOS À SUBMISSÃO.

Para a compreensão inicial das intencionalidades da velha/nova proposta de alfabetização por meio dos métodos sintéticos, ofertadas a partir do ano de 2020 pelo Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), utilizamos o procedimento de análise documental do decreto nº 9765/2019, que implementa a Política Nacional de Alfabetização e as vídeo aulas destinadas aos professores e gestores alfabetizadores do programa “Tempo de aprender” intitulada, **Formação continuada em práticas de alfabetização.**

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo decreto nº 9765 no ano de 2019 é gerida pelo Ministério da Educação e estabelece como objetivo o trabalho colaborativo entre famílias, instituições de ensino, professores e poder público para combater o analfabetismo em todo território brasileiro. A Política tem como público alvo crianças da pré-escola, 1º e 2º ano do Ensino Fundamental das redes públicas estaduais, municipais e distritais. Em suas ações, o programa “Tempo de Aprender” prevê a formação continuada de professores e gestores alfabetizadores por meio de cursos on-line e presencial **de cunho técnico para obter práticas eficazes** no processo de ler e escrever.

Apesar de uma das estratégias da Meta 5 do PNE (2014-2024) apontar para a necessidade de “selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, **assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas** (*grifos nossos, s/p*)”, presenciemos um cenário em que o processo de ler e escrever é reduzido a propostas padronizadas e descontextualizadas da realidade dos sujeitos, em sua maioria baseada em métodos sintéticos. Especificamente o método fônico, reaparece com potencialidade no programa “Tempo de aprender”, enfatizando a necessidade de uma formação voltada para o aperfeiçoamento da prática do professor em sala de aula e a passividade do aluno perante a leitura e a escrita. Compreendemos como método fônico um conjunto de passos que prioriza no processo de alfabetização o ensino das unidades menores da palavra, considerando das mais simples e mais fáceis. Concentrando o aprendizado individualizado nos sons das letras (inicialmente as vogais) para em seguida, aprender a junção dos sons para alcançar a pronúncia da palavra completa (CAPOVILLA, 2007).

Nos módulos de formação continuada do programa está explícito o conceito de alfabetização proposto pelo Governo Federal, uma vez que, o intuito de todo esse processo é a

mera codificação, decodificação, repetição, segmentação, reprodução e memorização da letra, sílaba, palavras e textos sem significados, como expressa o trecho a seguir retirado do material do Programa Tempo de Aprender, 2019. “...para aprender a ler e escrever bem, o primeiro passo é saber ouvir bem. Precisamos ter consciência dos sons da linguagem, **identificando e manipulando os sons individuais das palavras faladas.**” Além de pontuarem o início da alfabetização pelos sons, enfatizam a importância de primeiro a criança se apropriar das unidades mínimas (letra, som, palavra) para depois compreender o que se escreve e o que se lê. Segundo Ferreiro (2013) deve ser objeto de reflexão essa dicotomização entre o aprendizado da língua dividido entre: momento técnico de aprendizado e momento de compreendê-lo no contexto cultural. Sobre isso, a autora defende que a invenção “fonema prático concretizado em uma letra”, foi construído como um meio de didatizar o ensino, o que levou “mais de 20 séculos para chegar a ser teorizado (p. 28)”. Além do que a concepção de escrita como mera técnica, desconsidera as marcas culturais e sociais que ela possui pelo movimento das transformações da sociedade.

Os módulos do curso de Formação continuada em práticas de alfabetização do programa “Tempo de aprender” são organizados pela seguinte subdivisão de temáticas: 1. Introdução; 2. Aprendendo a ouvir; 3. Conhecimento alfabético; 4. Fluência; 5. Vocabulário; 6. Compreensão; 7. Produção de escrita; e 8. Avaliação. Essa organização reafirma a dissociação, criada no método fônico, entre leitura, escrita e compreensão, pois a intenção é que apenas, nos últimos módulos (6 e 7), após dominar a técnica, a criança interprete sua leitura e produza textos. Essa organização parte de um pressuposto de que as crianças conseguiriam estabelecer momentos de aprendizados somente metalinguísticos, sem relacionar a linguagem com os aspectos sócio-culturais, porém contrariamente, as pesquisas de Smolka (2012) apontam que este método “dificulta a compreensão do mecanismo de escrita (p. 31)”. A autora afirma ainda, que “Quanto menos conhecimento específico sobre a linguagem escrita (metalinguístico) a criança tem, mais noção da funcionalidade da linguagem escrita ela demonstra (idem, p.32)”. Nesta perspectiva, a organização do curso, desconsidera o aprendizado com significado, uma vez que, equivocadamente, adiam o convívio da criança com os usos e funções da língua escrita.

A escrita e a leitura articulada com as vivências do sujeito dentro e fora da escola fará com que ela se aproprie do mundo letrado. A alfabetização interligada com a infância, com os jogos, brincadeiras, com o contexto social, está imbuída de sentido e significado, por isso, defendemos em trabalhar com a linguagem escrita em movimento, carregada de marcas sociais e culturais e que “se transforma na propriedade coletiva de cada geração (FERREIRO,

2013, p. 30)”, e não com a escrita de letras e palavras de forma enfadonha e repetitiva, como proposto no programa atual.

Outro aspecto que o curso de Formação analisado explicita é a passividade do professor e do aluno perante o processo de aprendizagem. Como explicita o fragmento retirado do material do curso direcionado aos docentes. “Verifique se os alunos estão identificando palavras que rimam. Se cometerem erros, repita as etapas explicando, modelando e fornecendo outras oportunidades de prática.” (BRASIL, 2019). Nesta perspectiva, o professor, se torna um mero reproduzidor de práticas sistematizadas e impostas, executor de ações padronizadas, de uma sequência de conteúdos delimitados por cartilhas, que uniformiza o que se deve e o como fazer na busca de uma alfabetização homogênia dos alunos. O curso parte de uma situação hipotética de sala de aula inexistente, com alunos enfileirados, em silêncio e que repetem prolixamente tudo o que é dito pelo professor. Não há questionamentos, curiosidades, dispersões, ou erros por parte das crianças, ou seja, trabalham com uma hipótese de criança que não condiz com a dinâmica da sala de aula. Diante disso, o que se espera do aluno é que ouça os comandos, as instruções e reproduza aos interesses dados por um adulto. A proposta de ensino focada na repetição coletiva pode ser averiguada pelos trechos a seguir: **“Repitam comigo:** “lata”, “lua”, “lado”. Agora é a vez de vocês. Digam “vaca”, “vela”, “vulcão”. **Ouçam e observem:** “Boa tarde”. Eu vou levantar um dedo para cada palavra.” (BRASIL, 2019, *grifos nossos*, s/p). Os comandos direcionados pelo professor ao aluno no contexto da sala de aula, foram analisados tanto nos vídeos do curso, quanto no material instrucional dos professores. Em ambos os produtos do curso, o professor conduz os alunos somente a instruções, como: “repitam comigo”; “leia para a sala em voz alta”; “ouçam”; entre outros que demandam a aceitação, o não pensar, refletir, questionar ou participar. A decisão do que se faz e quando se faz é sempre proposta pelo professor. Nessa perspectiva de ensino o sujeito, tanto docente quanto discente, torna-se passivo e apto a se inclinar as exigências de uma sociedade conformista, desprovido das condições de refletir sobre suas ações (SMOLKA, 2012).

Portanto, é preciso romper com as estruturas escolares baseadas na linearidade, homogeneidade que desapropriam do educador seu instrumento de trabalho, o ato de pensar. Temos que auxiliar as crianças em seu percurso para alfabetização, mas levando em conta sua inteligência e não as tratando como incapazes. Elas colocam questões autênticas ao pensar a escrita; a mesma escrita banalizada e deformada pela tradição escolar, que transforma didaticamente um objeto cultural complexo em um instrumento de codificação elementar. Assim, corroboramos que nenhum livro didático, nenhum programa, nenhum material pronto

e acabado consegue abarcar a complexidade do ato de ler e escrever, apenas o professor consegue fazer isso, protagonista do seu trabalho juntamente com os sujeitos da aprendizagem.

A partir desse conceito de alfabetização e da metodologia usada no programa “Tempo de aprender” podemos refletir sobre a concepção de cidadão que se pretende formar. Um sujeito que não é estimulado a pensar, questionar, construir seu próprio pensamento e sua criticidade sobre o mundo. Esse tipo de ensino é linear, não prevê a participação do aluno para a construção da escola, das atividades e do conhecimento.

Dessa forma, os sujeitos da aprendizagem não tem autonomia para pensar, perguntar, problematizar e criar o contexto educacional. A educação é apenas o ato de depositar, disciplinar, transferir e transmitir valores e conhecimento, no qual seu objetivo fundamental é dificultar o pensar autêntico. A escola, viva, produtora de saber deve contrapor-se a essa lógica unilateral de formação. Não podemos aceitar a concepção mecânica da consciência, em que a vê como algo vazio a ser preenchido. Ler, escrever, educar é um ato criador, político em que o ensino puro de sílabas, palavras e letras não mensuram a complexidade crítica do processo de alfabetização (FREIRE, 1997).

CONCLUSÃO

A produção do trabalho se situou nas reflexões feitas sobre o contexto social em que presenciamos o forte direcionamento de ações com lógicas neoliberais sendo implementadas nas políticas públicas educacionais que tem trazido consequências ao funcionamento das escolas e especialmente ao cenário da alfabetização e formação continuada de professores.

Enfatizamos a necessidade de consolidarmos políticas de Estado e não de políticas de governo, que são temporárias, não representam uma unidade, não estabelecem uma continuidade e no pior dos casos, permitem que epistemologias positivistas que privilegiam a permanência dos padrões de uma sociedade desigual e que tem interesse em formar cidadãos sem o desenvolvimento de uma consciência crítica e que aceitam os comandos impostos por uma minoria privilegiada e quem tem ocupado o poder. Demostramos como o programa implementado no governo de Jair Bolsonaro, “Tempo de aprender” se embasa na metodologia de ensino de alfabetização do método fônico, em que delimita e condiciona as ações tanto dos professores e das crianças à submissão das ordens previstas no curso. Por isso, essas são reflexões que não se findam aqui, mas abrem os caminhos para as futuras investigações acerca das influências das posições políticas nas escolhas dos métodos em alfabetização.

REFERÊNCIAS

BOLSONARO, Jair Messias. O caminho da prosperidade - **Proposta de Plano de Governo** - 2018. Disponível em: <https://abrilveja.files.wordpress.com/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 01/10/2020.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm >. Acesso em: 08/10/2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01/10/2020.

BRASIL. Dados referentes a população fora da escola por faixa etária no Brasil no ano de 2015, Coletado **Laboratório de Dados Educacionais** a partir do Pnad/IBGE (2015). Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/>. Acesso em: 08/10/2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431. Acesso em: 04/03/2021.

CAPOVILLA, Fernando. **Alfabetização: método fônico**. (3a. ed.). São Paulo: Memnon, 2007.

GENTIL I, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da; Alessandra. G. S.; GENTIL I, P. (org.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. CNTE: Brasília DF, p. 9-49, 1996.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cad. CEDES, v. 21, n.55, pp. 30-41. 2001.

FERREIRO, Emilia. **O ingresso na escrita e nas culturas do escrito: seleção de textos de pesquisa**. Trad. MALERBA, Rosana. – São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Trad: CARVALHO E SILVA, M. L. de. Londrina: Editora Planta, 2004.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.
SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. 13. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.